

Greves Depois de um travão a fundo no ano da pandemia, a contestação social voltou às ruas do país. Em junho, o total de greves comunicadas já superava em 92% o período homólogo

Inflação, salários e maioria alimentam contestação

Texto **CÁTIA MATEUS**
Infografia **CARLOS ESTEVES**

Nos primeiros seis meses do ano foram comunicados ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) um total de 1499 pré-avisos de greve. O número traduz um aumento de 92% face ao mesmo período do ano passado e coloca as paralisações convocadas em apenas seis meses 5% acima do total de greves contabilizadas no país ao longo de todo o ano passado. O setor privado e empresarial do Estado responde por 62% do total de pré-avisos comunicados e a Administração Pública (AP) por 38%, com a educação a sustentar 83% das paralisações convocadas na Função Pública. Inflação, perda de poder de compra e dificuldade de o Governo, ainda que maioritário, garantir uma resposta aos desafios estruturais do momento são, segundo os economistas, sociólogos e sindicalistas ouvidos pelo Expresso, o "combustível" que alimenta a onda de contestação social que vem crescendo desde o ano passado. Mas há outros fatores que justificam este aumento das greves, que não dá sinais de abrandar.

É preciso recuar até 2013, na anterior crise financeira e com o país sob a alçada da *troika*, para encontrar um número de pré-avisos de greve superior ao contabilizado nos primeiros seis meses de 2023. Com meio ano ainda por contabilizar e com um conjunto de paralisações previstas na agenda sindical — médicos, professores, funcionários judiciais, entre outros —, não restam grandes dúvidas de que o balanço final da contestação social poderá ficar este ano muito próximo, senão mesmo acima, dos anos negros de 2012 e 2013.

Os números já conhecidos sustentam esta estimativa, partilhada por sindicalistas e economistas. Senão vejamos: entre janeiro e junho deste ano chegaram à DGAEP um total de 575 pré-avisos de greve, número que compara com apenas 148 registados no período homólogo de 2022. Contas feitas, o número de paralisações comunicadas pelos sindicatos da AP no primeiro semestre deste ano registou um aumento de 286% face ao período homólogo.

Já no setor privado e empresarial do Estado, a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) — entidade que agrega os pré-avisos de greve comunicados ao MTSS — revela que o balanço semestral aponta

também para uma subida de tom da contestação social no país. Até junho foram comunicados 924 pré-avisos de greve, mais 46% do que nos primeiros seis meses do ano passado, fazendo com que o total de greves comunicadas até junho deste ano represente já 85% do total das verificadas em 2022.

O que explica este crescimento exponencial da contestação social no país? "A subida da inflação e consequente perda de poder de compra dos trabalhadores, com os salários a ficarem muito longe de compensar o aumento do custo de vida, conduzindo a uma degradação das condições de vida", é apontada por Ana Pires, membro da comissão executiva do Conselho Nacional da CGTP, como o grande motor da contestação. Mas não é o único. Há outros fatores a considerar.

Quem mais perde e quem contesta

Começemos pelos salários. Sendo certo que a sua atualização não acompanhou a perda de poder de compra para a esmagadora maioria dos trabalhadores, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o segundo trimestre do ano mostram que o salário médio em Portugal aumentou 2,4% em termos reais — considerando o impacto da inflação para aferir a evolução do poder de compra — face ao mesmo período de 2022. Uma evolução que difere consoante estivermos a falar do setor privado ou público, com o primeiro a beneficiar de aumentos mais expressivos (ver infografia).

Nesse período, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador em Portugal chegou a €1539. Mas em termos reais, considerando o impacto da inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor, o valor foi 16% inferior, €1288. A desagregação dos dados por atividade económica e o seu cruzamento com os setores com mais pré-avisos de greve mostra que a relação entre a evolução salarial e a contestação nem sempre é direta e nem sempre quem mais perde é quem mais contesta.

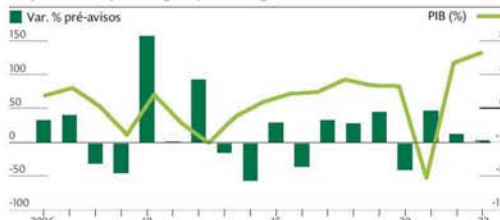
A demonstrá-lo está o setor das atividades administrativas e serviços de apoio, que concentra 10% das greves comunicadas no setor privado e que registou no segundo trimestre do ano uma variação homóloga real da remuneração bruta mensal de 4,7%. Ou, em sentido inverso, o setor da eletricidade, gás, águas quentes e frias, que é, nas contas do INE, o que regista maior perda da remuneração bruta total face a 2022 (-4,3%) e que é inexpressivo nas estatísticas da contestação.

Mas há uma explicação. "O que os números mais recentes mostram é que



GREVES DIMINUEM QUANDO ECONOMIA ABRANDA

Relação entre a variação homóloga dos pré-avisos de greve e do PIB, em %



FONTE: DGERT, DGAEP, INE, CÁLCULOS EXPRESSO

SALÁRIO MÉDIO REAL ESTÁ 16% ABAIXO DO VALOR NOMINAL...

Remuneração bruta total mensal média por trabalhador, em euros

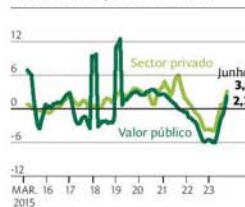


Valores reais correspondem aos valores nominais deflacionados tendo em conta o Índice de Preços no Consumidor. Valores correspondem ao trimestre terminado no mês em análise

FONTE: INE

... MAS SOBE MAIS NO SECTOR PRIVADO DO QUE NO PÚBLICO

Variação homóloga real da remuneração bruta total mensal média por trabalhador, em %



QUEM MAIS GANHA E QUEM PERDE NOS SALÁRIOS

Variação homóloga real da remuneração bruta total mensal média por trabalhador no segundo trimestre de 2023, por sector, em %



Valores reais correspondem aos valores nominais deflacionados tendo em conta o Índice de Preços no Consumidor

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

é nas pequenas empresas que ocorre maior crescimento salarial, por via do aumento do salário mínimo. A taxa de sindicalização é mais baixa, a mobilização em torno de uma contestação é menor, mas é onde os salários mais têm crescido. As grandes empresas, com menor percentagem de trabalhadores com salário mínimo mais taxa de sindicalização, estão a alimentar a atual contestação", explica João Cerejeira, economista do trabalho e professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Hermes Costa, sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, acrescenta outra explicação: "Trata-se de sectores de maior tradição de contestação, onde a relação por vezes tensa entre o Estado e os atores sociais é colocada de forma mais frequente ao rubro", citando o exemplo da educação. E vinca que o aumento dos pré-avisos de greve no país "resulta de um avolumar de motivos de insatisfação e da perceção que distintos interesses setoriais na sociedade portuguesa expressam quanto ao facto de verem os seus problemas (muitas vezes reivindicações antigas) continuarem por resolver". Cenário que, explica, está longe de "se dissipar".

Ana Pires subscreeve e soma à lista de fatores que sustentam o aumento das greves "a desvalorização das carreiras e profissões, a degradação dos serviços públicos, a distribuição de riqueza cada vez mais desigual e a ausência de uma resposta política do Governo a todas estas questões, apesar de maioritário". E a questão do contexto político também não pode ser excluída deste aumento da contestação. É verdade que os números apontam para uma relação quase direta entre Governos de maioria absoluta e o aumento das greves no país. Aconteceu com José Sócrates, Passos Coelho e até com Cavaco Silva, no quadro da contestação ao "pacote laboral". Mas Hermes Costa recusa que essa relação possa ser feita. "Se é defensável, por um lado, que a estabilidade política em maioria pode funcionar como contexto apropriado para a implementação de políticas estruturais e aprovação de Orçamentos sem sobressaltos, na prática o desaproveitamento dessa estabilidade pode constituir-se como um rastilho para o aumento da contestação", apontando que "a contestação laboral está longe de ter como alvo exclusivo Governos de maioria absoluta".

Otra correlação que não pode ser feita é de que em momentos de maior contração da economia e maiores dificuldades económicas a contestação social sobe de tom. A correlação entre a



Desde 2021 que a contestação social está a aumentar no país. Em junho, as greves comunicadas já tinham excedido todas as contabilizadas no ano passado

FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

PRÉ-AVISOS DE GREVE EM NÍVEIS DE 2013



* Dados de 2005 a 2010 agregam pré-avisos de greve nos sectores privado, empresarial do Estado e na Administração Pública. Dados de 2023 correspondem aos pré-avisos contabilizados até ao final do mês de junho

FORNTE: DGERT E DGAEP; CÁLCULOS EXPRESSO

QUEM MAIS CONTESTA NAS EMPRESAS...

Pré-avisos de greve comunicados no sector privado, por área, em percentagem



Nota: dados relativos ao segundo trimestre de 2023; a DGERT inclui aqui, numa categoria a que designa "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória", o conjunto de atividades desenvolvidas no quadro do sector empresarial do Estado e outras com regime de segurança social obrigatória

FORNTE: DGERT

...E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pré-avisos de greve comunicados na Função Pública, por área e em percentagem



FORNTE: DGAEP; CÁLCULOS EXPRESSO

variação do Produto Interno Bruto (PIB) e a variação homóloga dos pré-avisos de greve, ainda que exista, é residual, existindo outros fatores mais determinantes, como a taxa de desemprego. Isso mesmo aponta João Cerejeira: "Quando um trabalhador decide aderir a uma greve, tem riscos associados, o da perda de rendimento e o da conflitualidade laboral. Em contextos económicos favoráveis, com o desemprego baixo, o custo de oportunidade da contestação é grande e o poder reivindicativo do trabalhador aumenta.

Porquê? Porque se perder o emprego encontra outro com relativa facilidade noutro lado." É precisamente isso que leva o economista a admitir que, sendo previsível que a atual vaga de contestação social não se atenua no médio prazo, "começamos a ter

alguns sinais de crise na economia, com abrandamento da atividade em indústrias chave — têxtil, automóvel —, que podem reduzir o custo de oportunidade de contestação para os trabalhadores".

cmateus@expresso.imprensa.pt

NÚMEROS

1499

é o total de pré-avisos de greve comunicados no país ao longo dos primeiros seis meses de 2023, número que supera já em 5% o total de greves comunicadas em 2022

62%

dos pré-avisos de greve em 2023 foram comunicados por empresas privadas ou do sector empresarial do Estado. A Administração Pública responde por 38% dos pré-avisos

83%

dos pré-avisos comunicados na Administração Pública foram no sector da Educação

164%

é o número de pré-avisos de greve contabilizados até junho deste ano, que supera em 164% o total de paralisações contabilizadas no primeiro ano completo de governação de António Costa, em 2016